

Minorias e intervenção social: alternativas à lógica da produção discursiva do Jornalismo

Minorities and social intervention: alternatives to the logic of discursive production of Journalism

Nelson Toledo Ferreira¹

Resumo

A proposta deste artigo é refletir sobre o espaço destinado no jornalismo, produzido pelos grandes conglomerados de comunicação, para abordagens de questões relativas às minorias, suas demandas e suas reivindicações. Baseando-se em uma pesquisa bibliográfica sobre a relação entre valores-notícia, identidades e representação política observa-se que esses critérios que definem os agendamentos e os enquadramentos midiáticos minimizam possibilidades de visões de mundo alternativas, que poderiam potencializar leituras plurais da realidade, democratizando a comunicação e reforçando a cidadania de segmentos que não têm voz ativa na sociedade. Nessa perspectiva, propõe-se o debate sobre a importância do jornalismo em garantir a inclusão de temáticas de interesse público, que contemplem uma gama plural de novas identidades que marcam a contemporaneidade, driblando os critérios tradicionais de definição do que é notícia para criar perspectivas discursivas contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Minorias. Identidades. Critérios de noticiabilidade. Jornalismo.

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the journalistic space provided by the major communication conglomerates to approach minority issues, their demands and their claims. Based on a bibliographical research on the relation between news values, identity and political representation, it can be observed that the criteria that define the schedules and the mediatic contexts minimize possibilities of alternative worldviews, that could potentiate plural readings of reality, democratize communication and strengthen the citizenship of segments that do not have active voices in society. From this perspective, we propose a debate about the importance of journalism in ensuring the inclusion of themes of public interest, which contemplate a broad range of new identities that are contemporary, avoiding the traditional criteria of definition of what is news, to create discursive counter-hegemonic perspectives.

Keywords: Minorities. Identities. Criteria for newsworthiness. Journalism.

¹Doutor em comunicação pela Universidade Federal Fluminense, atua em pesquisas sobre representação política, minorias e comunicação política. • E-mail: neo.toledo@outlook.com

Introdução

A conexão entre a produção e a veiculação de discursos nos *media* e a construção de identidades são as bases para que se entenda como a linguagem é fundamental no processo de constituição de narrativas dos indivíduos sobre si mesmos e suas relações de pertencimento coletivo – portanto, é fundamental para a cidadania e para o reforço da representação política de variados segmentos sociais. É através da linguagem que a realidade é socialmente absorvida pelos indivíduos, o que remete à importância dos discursos como instrumentos para compreensão do mundo – daí a importância do debate sobre a lógica de produção de notícias dos meios massivos e as repercussões que determinados enquadramentos e agendamentos midiáticos trazem no tratamento das questões identitárias, que se tornam emblemáticas na contemporaneidade. Nessa perspectiva, expõe-se a tríade comunicação, cidadania e representação política.

À medida em que os meios de comunicação ocupam uma posição privilegiada do ponto de vista de alcance social, tornam-se objetos relevantes não apenas porque são os grandes responsáveis pelo agendamento dos assuntos cotidianos, como porque, em alguma medida (que varia no tempo, no espaço e de acordo com a diversidade de recepções), podem, ocasionalmente, ser capazes de interferir nas visões de mundo e, por decorrência, nos comportamentos sociais e políticos.

O discurso midiático articula saberes e poderes, já que cria uma determinada percepção da realidade: os próprios modos de articular determinadas narrativas acabam por estabelecer versões sobre o que seria essa realidade. Os meios acabam por se constituir em uma variável relevante para explicar fenômenos sociais, políticos e econômicos, logo, não podem ser esquecidos quando se trata de discutir os processos de posicionamento da ideologia hegemônica.

A fenomenologia de Alfred Schütz (1932) ampara a importância da linguagem e dos discursos criados neste processo constante e dinâmico de interação social. Para este autor, a linguagem é uma ferramenta básica na interpretação do cotidiano. Para Schütz, a realidade social é:

A soma total dos objetos e dos acontecimentos do mundo cultural e social, vivida pelo pensamento de senso comum de homens que vivem juntos numerosas relações de interação. (...) desde o princípio, nós, os atores no cenário nacional, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, ou seja, que nos é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós. E isso implica a intercomunicação e a linguagem (SCHÜTZ apud GUESSER, 2003, p.155).

Novos discursos legitimadores da ordem vigente são lançados todos os dias pela mídia massiva, reforçando concepções sobre comportamentos e estilos de vida. Nesse cenário, são criadas formações discursivas a respeito dessas temáticas que trazem repercussões sobre a construção identitária dos indivíduos. Os meios de comunicação de massa, sejam impressos, eletrônicos ou digitais potencializam discursos que acabam reformulando percepções do real – inclusive das

narrativas que os indivíduos constroem sobre si mesmos.

Com efeito, os *media* têm um papel importante na criação de estereótipos, tornando-se um dos principais instrumentos de construção de imagens de identidades e de alteridades. Em outras palavras, as formas de abordagem dos assuntos que envolvem alguns segmentos sociais acabam por reforçar determinadas características e tipificações a todos os membros de um grupo, podendo gerar e consolidar discriminação e preconceito, ao invés de buscar naturalizar determinados comportamentos e estilos de vida de uma sociedade, cada vez mais complexa e fragmentada. Existe uma intervenção do jornalismo nos critérios para selecionar os acontecimentos que serão divulgados como notícias, que pela própria rotina de produção acaba gerando um ciclo vicioso de abordagens que excluem visões e perspectivas diferenciadas, não permitindo discursos contra-hegemônicos e leituras plurais da sociedade.

Este é o foco do artigo: questionar os tradicionais critérios de seleção, os valores-notícia, buscando refletir como as minorias têm espaços limitados nos *media* e, por isso, têm dificuldades de disseminar seus discursos de alteridade. Repensar essa lógica de produção de notícias pode alavancar um reforço da representação política de segmentos sociais para elevar suas vozes, reivindicando de forma plena seus direitos.

Nessa perspectiva, o artigo propõe uma discussão sobre como os meios de comunicação são importantes dispositivos de construção da realidade, buscando entender como se define a lógica de funcionamento da cadeia noticiosa e a sua relação com as transformações na concepção de representação política nas últimas décadas, que foge ao processo eleitoral, revelando como a comunicação é um importante mecanismo de afirmação e visibilidade política dos movimentos sociais em defesa das minorias.

O impacto dos meios massivos na construção da realidade

Na perspectiva da centralidade dos *media* nas interações sociais há que se considerar as representações jornalísticas e as suas práticas discursivas na construção de significados e visões do mundo, interferindo na produção de sentidos dos indivíduos e, conseqüentemente, na prática social dos mesmos, refletindo diretamente no cenário social e político, através de processos de agendamento e de enquadramentos. Com isso, os meios de comunicação são considerados importantes formas de representação social por conseguirem, com eficácia, disseminar conteúdos simbólicos, priorizando determinadas temáticas em detrimento de outras, e, definindo um agendamento do que é importante para a sociedade por conta da sua visibilidade midiática. E a partir disso, um outro processo se inicia, que é o enquadramento, marcos interpretativos construídos socialmente, que fazem com que os indivíduos atribuam sentido às situações sociais. A ênfase a determinadas palavras, imagens, metáforas e retóricas em um discurso acaba por legitimar determinadas ideias, obscurecendo outras menos visíveis nessas construções textuais e/

ou imagéticas, concebendo percepções direcionadas de realidade, de acordo com interesses de grupos.

De acordo com Correia (2009), “os *media* são uma das instituições que ajudam a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permite definir visões do outro” (CORREIA, 2009, p.119). Com efeito, a concepção de realidade pelos indivíduos acaba sofrendo interferências dos discursos propagados de forma constante pelos meios massivos, ainda mais em uma sociedade em que os *media* são únicos instrumentos de informação e percepção simbólica do mundo.

Pierre Bourdieu (1997) lembra que a televisão, principalmente, dentre outros meios de comunicação de massa, tem o poder de produzir um efeito de real: “(...) ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (BOURDIEU, 1997, p.28). Com isso, propõe ideias e representações carregadas de implicações sociais, políticas e éticas que acabam acarretando mobilizações ou desmobilizações. O autor revela a importância do jornalismo nesta construção da realidade: ele sugere que o processo funciona com os meios de comunicação colocando “óculos” nos espectadores para assistirem a uma cena a partir de determinado enquadramento.

(...) Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca pelo sensacional, do espetacular. A televisão convida a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático trágico (BOURDIEU, 1997, p.25).

Bernardo Kucinski (1998) alertava, já no final da década de 90, o que não difere do cenário atual¹, que é por meio da televisão que as classes B, C, D percebem assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem em comum: nesse processo, a ideologia dominante acaba garantindo um consenso e a imposição de uma ordem social, conseqüentemente, mantendo o *status quo*. Para Kucinski, “devido ao grau de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da população, a percepção política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV e, em menor escala, da leitura de jornais e revistas, os poucos objetos de leitura popular regular” (KUCINSKI, 1998, p.16). Na sua avaliação, cada veículo desempenha um papel de reforço da ideologia dominante no Brasil.

O rádio, segundo o autor, é o veículo mais democrático dentre os meios de comunicação de massa por ser mais diversificado e heterogêneo, permitindo uma pluralidade de vozes, apesar da política de permutas para se obter concessões. Já as revistas são voltadas para públicos específicos e atuam determinando a agenda dos assuntos a serem mais importantes na sociedade, bem como reforçam a ideologia atribuída às classes médias. Os jornais impressos já desempenham o papel de condutores dos programas de rádio e de TV, gerando pautas, mantendo-se nas mãos de poucas famílias que partilham ideologias em comum.

Nesse cenário, Kucinski (1998) conclui que a mídia no Brasil desempenha papel mais ideológico do que informativo.

(...) mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica (KUCINSKI, 1998, p. 17).

Foucault (2000) aponta que as formações discursivas se institucionalizam em práticas sociais. Para o autor, os discursos criados pelas palavras instituem objetos e coisas, que só passam a existir quando são constituídos por práticas na sociedade. Nesse sentido, a mídia potencializa determinados discursos, que passam a ser legitimados socialmente – os meios de comunicação representam uma instituição relevante na contemporaneidade para a naturalização de saberes e de comportamentos. A mídia opera um discurso que cria certo efeito de realidade sobre a sociedade, na medida em que prioriza determinados saberes (religiosos, estéticos, científicos) que prevalecem nas coberturas jornalísticas e são legitimados por entrevistas com uma série de especialistas em cada uma das áreas. Com isso, determinados conceitos e comportamentos são naturalizados e passam a ser assimilados discursivamente no dia a dia, por meio de estratégias discursivas como a escolha das fontes “autorizadas”, modo de apresentação e tradução discursiva da ciência em conteúdo midiático. Dessa forma, a sociedade assimila determinados paradigmas discursivos e, conseqüentemente, remodela hábitos, conceitos e comportamentos.

Em contrapartida, exclui também leituras plurais da sociedade, não permitindo que a sociedade conviva com diferentes segmentos sociais que não conseguem romper essa lógica de produção discursiva dos *mass media*, não garantindo reflexões acerca da alteridade. Com efeito, esses grupos acabam recebendo um tratamento noticioso dos *mass media* que não abrem espaços para as diferenças pela própria seleção dos acontecimentos e o tratamento que dão a essas temáticas, para se transformarem em notícias a serem consumidas pela sociedade. Com isso, muitas vezes, cria-se um estereótipo negativo de valores e visões do mundo, reforçando preconceitos. É o que ocorre com fatos envolvendo homossexuais, portadores de necessidades especiais, negros, jovens da periferia, mulheres e outros grupos sociais que lutam para naturalizar seus estilos de vida e de comportamento, demonstrando que a diferença não é um sinônimo de inferioridade.

Identities plurais na modernidade

A ideia de que uma identidade não é definida natural ou essencialmente, mas construída socialmente revela que estas mutações que atingem a sociedade contemporânea (social, cultural, política e tecnológica) afetam a forma como os indivíduos definem a si mesmos e se posicionam socialmente.

Segundo Stuart Hall (2006), qualquer homem ou

mulher (e, conseqüentemente, quaisquer grupamentos humanos) representam a si mesmos narrativamente e suas identidades nada mais são do que discursos, representações simbólicas construídas socialmente. De acordo com o autor, na época atual, o que percebemos são crises e fragmentações das identidades tradicionais e das instituições nas quais se ancoram, resultados de mudanças decorrentes do impacto e da interferência de um mundo globalizado, pós-colonial e pós-diaspórico.

De acordo com Hall (2006), ao contrário das sociedades antigas, tradicionais, que tinham papéis sociais bem definidos, atualmente, somos membros dos mais diversos grupos sociais e nosso processo de socialização é múltiplo, permitindo ao indivíduo transitar nos mais diversos espaços, influenciando e sendo influenciado em numerosas arenas na construção de sua identidade – nunca unificada, mas plural e diversa. A própria mudança da noção de espaço-tempo reflete esse dinamismo de representações sociais, o qual o homem moderno está inserido. Tal pluralismo reforça a existência de uma gama de identidades em um só sujeito, tornando numerosas as facetas que constituem cada indivíduo.

Com o objetivo de aprofundar este debate, Hall explora as três concepções de sujeito: na ótica do iluminismo, da sociologia, e do sujeito pós-moderno. Nessa perspectiva, revela que esta noção do indivíduo que era centrado, unificado, cujo “eu” era a identidade da pessoa, passou pela visão sociológica a ser entendido como uma interação social com seu meio, um reflexo de interiorização e exteriorização de papéis sociais institucionalizados, até chegar nesta concepção da transição pós-moderna - a do sujeito fluido e flexível. Na época atual, essa estruturação sociocultural que constrói o indivíduo entra em deslocamento, em crise, ou seja, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam no mundo moderno, criando uma gama de identidades, cujos sujeitos podem se identificar, ao menos temporariamente, com diversas posições identitárias distintas. O autor destaca, em suas análises, os impactos da globalização sobre a identidade cultural, afirmando, com base em outros teóricos, que as sociedades modernas são caracterizadas por mudanças constantes, rápidas e permanentes. Dessa forma, desarticulam-se as identidades estáveis do passado, abrindo-se a possibilidade de novas articulações, novas identidades, novos sujeitos.

Essa descentralização do sujeito, para Hall (2006), é fruto de algumas rupturas conceituais: passa pelas contribuições do pensamento marxista, deslocando a noção de agência individual; pela descoberta do papel do inconsciente por Freud; pela definição de nossa identidade através do “eu no olhar do outro” por Lacan; pela tese de Saussure de que a língua é um sistema social e não um sistema individual, que ela preexiste a nós; e pela visão de Michel Foucault sobre o poder disciplinar, o papel das instituições na moldagem do sujeito moderno, bem como pelo impacto do feminismo, abrindo espaço para as bandeiras de luta e poder dos novos movimentos sociais.

As identidades são construídas através da diferenciação entre eu/outro. As culturas fornecem sistemas classificatórios que aplicam um princípio de

diferença a uma população para dividi-la, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído. Esses sistemas dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. A marcação da diferença, então, é o componente-chave em qualquer sistema de classificação, e cada cultura tem suas próprias formas de classificar o mundo, propiciando meios para dar sentido ao espaço social e construir significados. Woodward (2005) discute as oposições binárias como uma forma de dicotomia que estabelece e fixa significados.

Já Tadeu da Silva (2005) dá ênfase aos conceitos de multiculturalismo para iniciar o debate sobre a identidade e diferença. Na sua opinião, as questões do multiculturalismo e da diferença passam a ser preocupações constantes das teorias educacionais críticas e das pedagogias oficiais sem o questionamento fundamental sobre identidade e diferença. Para ele, seria insuficiente reduzir os termos do debate às questões apoiadas num benevolente apelo à tolerância e ao respeito pela diversidade.

O autor afirma que o reconhecimento de uma identidade passa por uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas, de diferenças. “Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘ não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável” (SILVA, 2005, p.74). As afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade, por isso, esses conceitos são inseparáveis. Por serem interdependentes, elas são resultados de uma criação linguística, e não de essências – essas afirmações sobre a identidade e a alteridade são ativamente produzidas através da linguagem no mundo cultural e social.

Valores-notícia e as vozes das minorias

Os debates sobre a pluralidade identitária dos indivíduos nas sociedades contemporâneas e sobre os movimentos sociais de minorias que surgiram na década de 90 reforçam essas diferenciações de estilo de vida e de comportamento, chamando a atenção para a ideia de que uma verdadeira democracia só se consolida a partir de uma convivência harmoniosa com a diferença, tendo como parâmetro básico que todos têm direitos de expressar-se plenamente como cidadãos. Com isso, nas últimas décadas, foi aberta uma importante arena política de debate sobre segmentos sociais que buscavam fazer valer seus direitos. Com o processo de globalização, eles ganharam mais força por somarem-se aos diversos movimentos similares de outros grupos excluídos e marginalizados socialmente, que eclodiram em todas as partes do mundo. Gays, lésbicas, transexuais, mulheres, negros, portadores de necessidades especiais, indígenas e muitos outros se aproveitam dos meios de comunicação para potencializar suas reivindicações e levar o debate da diferença à esfera pública, mas ainda esbarram na barreira do preconceito e até mesmo da engrenagem noticiosa dos *mass media*.

A postura do jornalismo na cobertura desses debates é carregada de tipificações construídas socialmente pelos

meios de comunicação e pela própria lógica de produção de notícias, que faz com que os espaços midiáticos tratem de temáticas das diferenças e das pluralidades identitárias de forma estereotipada. Com isso, o jornalismo acaba por estreitar e reduzir abordagens significativas que possam contribuir para que os debates sobre estas pluralidades identitárias levem a sociedade a novas reflexões e sejam naturalizadas novas leituras contra-hegemônicas de estilos de vida e de comportamento.

Muniz Sodré (2005) discorre sobre Kant para explicar como os alemães entendem maioridade e menoridade, para revelar como é a noção de minoria na sociedade atual. “Maioridade é *Mündigkeit*, que implica literalmente a possibilidade de falar. *Münd* significa boca. Menoridade é *Unmündigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (SODRÉ, 2005, p. 11). Diante dessa assertiva, a questão das minorias está mais no sentido de não ter voz na sociedade, de buscar espaços para que seus discursos mobilizadores sejam reconhecidos socialmente. Já Silverinha afirma que “os grupos minoritários passaram a constituir-se no espaço público democrático com base nas suas reivindicações políticas tocantes à diferença e à sua representação nos destinos coletivos” (SILVERINHA, 2005, p.41).

Em uma sociedade cada vez mais plural, alguns segmentos sociais ainda são excluídos do processo discursivo nas mídias. Nos jornais, telejornais e portais de notícias são limitados os espaços para se discutir cidadania, no sentido mais amplo dessas demandas minoritárias. Temáticas sobre acessibilidade, racismo, intolerâncias a credo, opções sexuais, gêneros e outros assuntos similares, que eclodem na sociedade atual, são restritos nas grades de programação dos grandes conglomerados de comunicação, que detêm maiores índices de audiência.

Mesmo que as tecnologias de comunicação, principalmente por meio de redes sociais, garantam espaços para que esses segmentos, historicamente marginalizados, produzam seus próprios conteúdos e promovam diálogos com seus pares para inserir seus discursos contra-hegemônicos, a audiência é limitada e voltada mais para esses grupos específicos.

Correia (2009) afirma que o jornalismo intervém de forma crucial na configuração desses grupos, através de estratégias discursivas tais como, por exemplo, a metaforização dos emigrantes e da imigração como inquietante, comparando-os, por exemplo, a fenômenos naturais de forma pejorativa: “vaga”, “fluxo”, “onda”, “avalanche”. O autor ainda cita a associação de minorias étnicas a conflitos de criminalidade e sua descrição como atores sociais conflituosos com representações sobre marginalidade e a perturbação da ordem, dentre outras formas discursivas tipificadas.

Esta intervenção do jornalismo é visível, até, ao nível dos critérios que são usados para selecionar os acontecimentos que irão ser transformados em notícia: os chamados valores-notícias. Quando olhados de perto é possível verificar como os valores-notícias se articulam com a proximidade cultural, proporcionando enquadramentos binários em que o *ingroup* e *outgroup*, grupo interno e grupo externo são representados

em perspectiva pelos *media*, valorizando valores e visões do mundo do primeiro e diabolizando os valores e visões do mundo do segundo (CORREIA, 2009, p.120).

Em um estudo sobre critérios de noticiabilidade, que são instrumentos que ajudam a selecionar o acontecimento que poderá ou não se transformar em notícias, Mauro Wolf (2002) classifica estes valores-notícia em cinco categorias: substantivas, relativa ao produto, ao meio de informação, ao público e à concorrência. As substantivas se referem à importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, feitos excepcionais. As categorias relativas ao produto tratam a informação nas suas características como uma mercadoria a ser consumida pelos leitores, levando em conta a brevidade, atualidade, novidade, organização interna da empresa, ritmo e ação dramática. As relativas aos meios de informação referem-se à acessibilidade às fontes, limites de formatação do veículo, como, por exemplo, na TV, que existe a necessidade da imagem que passa a influenciar a noticiabilidade. As relativas ao público focam mais nos serviços de interesse público. Finalmente, as categorias relativas à concorrência apostam na exclusividade dos furos jornalísticos. Além disso, elas buscam gerar expectativas e sempre levam em conta o trabalho e as matérias divulgadas pelos concorrentes, gerando o jargão jornalístico de que um jornal acaba pautando o outro em um ciclo vicioso.

Já Galtung e Ruge (1993) citam alguns valores-notícia que traduzem essa mesma ideia de noticiabilidade quando selecionados a partir de uma visão elitista e hegemônica da sociedade. Para os autores, quanto mais um acontecimento diga respeito às nações ou pessoas da elite mais existe a possibilidade de ser representado; quanto mais consoante for o sinal com a imagem mental do que se espera encontrar, mais provável será a audição desta frequência, ou seja, os acontecimentos que se desviarem muito das expectativas existentes não serão registrados pelos leitores/expectadores/ouvintes; quanto mais ainda um acontecimento for claro e livre de ambiguidades a outro, que é muito ambíguo e do qual muitas e inconsistentes implicações poderão ser feitas, mais possibilidades de se transformar em notícias e ter seu consumo rápido. Correia (2009) ainda lembra a própria rotina dos *mas media*, que para assegurar seu funcionamento regular conduzem estratégias noticiosas que forcem uma monitoração rotineira de determinadas fontes institucionais, as chamadas fontes oficiais, que despejam sempre as mesmas visões de mundo, não favorecendo leituras plurais e abordagens diferenciadas de temáticas importantes na sociedade.

Todavia, Peter Dahlgren (2009), da Universidade de Lund, na Noruega, aponta para o aumento do potencial de engajamento cívico das mídias e dos ambientes digitais nos assuntos que dizem respeito à vida pública. De acordo com o autor, a internet vem permitindo que sejam desencadeadas ações em defesa de causas, interesses e estilos de vida, encontrando ressonância em uma forma específica de espaço. A participação política em rede passa a se desenvolver em torno de campos de interesse e de ação. Nesse sentido, as chamadas minorias buscam

romper as barreiras do preconceito e da discriminação, por meio de sua visibilidade midiática. A diversidade de estilos de vida, as discussões sobre as novas concepções de gênero, a afirmação de etnias e outros inúmeros debates que envolvem o dia a dia das minorias são desencadeados pelos espaços conquistados nos *media*, o que reforça novos mecanismos de representações políticas eleitorais e não eleitorais² para que novas bandeiras de lutas sejam levantadas, permitindo inspirar debates na sociedade com pluralidade e com respeito às demandas de segmentos sociais importantes que lutam para fazer valer seus direitos de cidadania.

Alternativas à lógica da produção jornalística

Sabe-se que os discursos de determinadas instituições e/ou segmentos sociais organizados são também importantes fontes de agendamento, tendo uma postura ativa ou reativa em relação aos enquadramentos dos meios massivos na sociedade, buscando sensibilizá-los na tentativa de incluir ou excluir temáticas. Miguel (2003) aponta que:

Os diversos grupos de interesse presentes na sociedade disputam a inclusão ou exclusão de temas na agenda, bem como sua hierarquização, mas quem ocupa a posição central são os meios de comunicação de massa, conforme tem demonstrado a ampla literatura sobre a chamada *agenda-setting* (definição de agenda). A mídia é, de longe, o principal mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos nas sociedades contemporâneas e, uma vez que inclui o jornalismo, cumpre o papel de reunir e difundir as informações consideradas socialmente relevantes. (...) os grupos de interesses e mesmo os representantes eleitos, na medida em que desejam introduzir determinadas questões na agenda pública, têm de sensibilizar os meios de comunicação. (MIGUEL, 2003, p.132)

Miguel acrescenta que “os meios são hoje o principal instrumento de difusão das visões do mundo e dos projetos políticos, sendo que neles se encontram as representações do mundo social, ligadas aos diversos grupos de interesse da sociedade” (MIGUEL, 2003). Sob essa ótica, várias investigações empíricas têm revelado como os meios de comunicação foram parciais em relação às disputas eleitorais nas últimas décadas e na construção de cenários de representação política, apoiando candidatos comprometidos com a elite econômica do país para a manutenção de seus interesses (ALBUQUERQUE, 2012, MIGUEL E BIROLI, 2010). No entanto, percebe-se que, apesar do inegável poder dos meios, esses não são tão definidores das questões políticas. Com as inovações tecnológicas e a disponibilidade maior de ofertas de comunicação, nota-se uma infinidade de novas mídias digitais que os cidadãos têm acesso, novos discursos vêm sendo proferidos, oferecendo novas leituras da realidade. Os papéis dos receptores e dos emissores se confundem, na constante apropriação e na reciclagem das mensagens informativas que chegam e que saem de suas redes sociais. Essa é uma das premissas de um dos principais pesquisadores norte-americanos das relações entre redes digitais e política, Yochai Benkler. O autor propõe a ideia da internet como uma “esfera pública conectada”.

Para ele, se no passado, o custo de ser ouvido na esfera pública era consideravelmente alto, o que praticamente impedia o cidadão comum de participar com voz ativa dos debates públicos na mídia, a internet permite que novas vozes entrem em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil de se manifestar. No seu livro *The wealth of networks*, Benkler trabalha com as possibilidades que a internet abre para a participação democrática das pessoas nas causas e debates de seu interesse. (...) Na Esfera Pública conectada, explica Benkler, a arquitetura da informação elimina, ou ao menos diminui consideravelmente, essa assimetria entre emissão e recepção, fazendo com que as pessoas possam dizer o que estão pensando em um espaço público” (BENKLER apud MARTINO, 2014, pp 112-113).

Diante dessa perspectiva, ocorrem embates discursivos em múltiplas esferas públicas, pluralizando vozes, demandas, opiniões que apontam para uma sociedade mais democrática, consolidando, com isso, uma abertura de espaços políticos para muitos segmentos que foram excluídos, historicamente, dos processos sociais e políticos. Mesmo que sejam registrados discursos de ódio, intolerância e preconceito, esses grupos que sempre foram marginalizados estão se posicionando discursivamente, questionando, confrontando e construindo espaços de vocalização de suas demandas, conseguindo ressonância e apoios políticos na sociedade. E nesse novo cenário político, as mídias digitais têm um papel essencial na potencialização das vozes das minorias, na medida em que esses segmentos se apropriam das notícias dos grandes conglomerados de comunicação e constroem suas próprias versões e lógicas informativas. Com isso, conseguem replicar novos conteúdos aos seus pares via uma infinidade de dispositivos, como as redes sociais, *blogs*, aplicativos e muitos outros, o que oxigena os debates sobre questões políticas importantes da sociedade.

Além do papel importante das próprias minorias em redirecionar fluxos de informação dos grandes conglomerados, o profissional jornalista também pode ter uma postura ativa na construção plural das notícias produzidas. Mesmo com todo o caráter mercadológico que envolve a comunicação, um jornalismo rico e eficiente é aquele que favorece interpretações plurais de fontes sobre temáticas diferenciadas, nas quais encaixam-se os debates sobre esses segmentos minoritários. A questão de abrir espaços para a discussão de questões relacionadas às minorias nos grandes conglomerados de comunicação passa por duas vertentes que não chegam a afrontar as engrenagens do mercado de notícias do *mass media*, podendo ter sua viabilidade.

A primeira vertente é a consciência do profissional de jornalismo, que foi formado para que tenha compromisso com o interesse público, fazendo denúncias e questionando os poderes instituídos, em defesa da sociedade e do cidadão. Quaisquer pautas propostas nos veículos de comunicação devem ter a contribuição do jornalista que, mesmo direcionado na escolha de fontes, pode propor abordagens diferenciadas que questionem leituras preconceituosas e discriminatórias, construindo um jornalismo de mais qualidade.

A segunda vertente é o comprometimento com a elaboração de estruturas narrativas do próprio texto ao

redigir matérias cujos personagens representem esses segmentos minoritários. Na maioria das vezes, dentro da lógica de produção de notícias e da rotina dos meios de comunicação, os jornalistas optam em oferecer narrativas apostando em modelos prontos, carregados de preconceito e tipificações construídas e reforçadas por um discurso hegemônico. Exemplos não faltam: como a postura de inquisição de alguns repórteres que trabalham em rondas policiais, acusando o suspeito e repercutindo nos *media* juízos de valores sobre a conduta do mesmo; reforçar a diferença ao descrever jovens da periferia e da classe média, em matérias quando ambos cometem crimes semelhantes; ou ainda criar narrativas jornalísticas com tipificações de que todo travesti é marginal ou que todo portador de necessidades especiais deve ser tratado como vítima e como inválido.

Considerações finais

O repensar a produção do jornalismo não deve se restringir apenas aos seus formatos técnicos, mas aos seus conteúdos políticos. O jornalismo é uma atividade que interfere na construção social de conceitos e preconceitos na sociedade, incluindo ou excluindo os cidadãos de questões da esfera pública. Com este cenário globalizante e mercadológico, é fundamental um debate consistente no meio profissional sobre as formas de se repensar os critérios de noticiabilidade para promover acontecimentos que consolidam visões de mundo, nas quais os discursos das diferenças tenham sua vez. É

necessário que se tenha consciência de que a passividade do profissional de comunicação pode ser responsável por um modelo de jornalismo que exclui e marginaliza determinados segmentos ao invés de promover a voz das minorias étnicas, de gênero, de credo religioso e tantas outras que são emblemáticas na atualidade.

Vivemos um período importante de transformação paulatina do fazer jornalismo, que altera a relação emissor e receptor, tendo as mídias digitais como alicerce para esse novo formato de produção jornalística. Como afirma Yochai Benkler, a internet inaugura uma esfera pública conectada, permitindo que novas vozes entrem em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil, incluindo todos os seus segmentos, de se manifestar e de se engajar politicamente, reinterpretando as notícias veiculadas nos grandes conglomerados de comunicação. Com essa atitude, é possível manter uma postura mais crítica e proativa com o conteúdo noticioso que consome e que reproduz para seus pares.

Nessa perspectiva, os discursos dos *media* poderão assegurar o surgimento de novas formas de representação política que, por meio da visibilidade midiática, poderão garantir uma participação mais efetiva nos debates das arenas políticas para elevarem suas vozes na luta por direitos. “(...) Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio, sem o objetivo de tomada de poder pelas armas. Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” desta luta (SODRÉ, 2005, p.13).

Recebido em 26/09/2018
Aprovado em 18/11/2018

Notas

¹Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view> Acesso em: 15 abril de 2018.

²Avritzer (2007) propôs um novo olhar sobre representação política por meio de viés relacional, caracterizado pelo vínculo entre diferentes atores sociais, defendendo o conceito de representação política por afinidade, no qual o sentido do mesmo é legitimado por temas e experiências e não por questões de autorização ou delegação. Nesta concepção, a ideia de autorização se esvazia no sentido do agente e do advogado, ampliando a ideia de partícipe. Mendonça (2011), enfatiza que a legitimidade de representação política das associações da sociedade civil se estabelece em nível discursivo. O autor aponta que estas representações não eleitorais passaram a lidar com esta ideia de autorização, responsividade e delegação a partir de uma legitimidade construída pelos efeitos de sua “porosidade interacional”, ou seja, a prestação de contas se dá em nível discursivo em diferentes contextos comunicativos pelos sistemas deliberativos que começam a ser favorecidos por este incremento da participação social, que começa a se firmar a partir do final dos anos 80.

³O conceito de Cenário de Representação Política (CR-P) foi elaborado por Venício Artur de Lima, em 1994, como uma estrutura simbólica, contraditória e dinâmica, que assinala os limites os quais se dão os conflitos políticos. (...) lugar e objeto da articulação da hegemonia, no qual se refletem e se constroem os significados da política (SOARES, 2009, p.157)

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso. **O paralelismo político em questão**. Revista Compolítica, v. 2, n. 1, ed. jan-jun, ano 2012. Disponível em < <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/43>> Acesso em: 15 julho de 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007.

BERGER, Peter L & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2007

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos** (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CORREIA, J. Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso – notas sobre o jornalismo e representações sociais**. Portugal: LabCom, 2009

DALHGREN, P. **Media and political engagement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

ESTEVES, João Pissarra. **Os média e a questão da identidade**. Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 15 junho de 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber** - Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 6ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GALTUNG, J.; RUGE, M. **A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros**. In: Traquina, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**, Lisboa, Vega, 1993.

GOLFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007

GUESSER, ADALTO H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol.01,nº 01, agosto-dezembro/2003. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13686/12546>> Acesso em: 20 junho de 2018.

HALL, Stuart. **A Identidade na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva – 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&, 2000.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 3ª edição, 2011

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia da exclusão**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1995,

Aracaju-SE. Resumos. São Paulo-SP: Intercom, 1995.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Representation and deliberation in civil society**. Brazilian Political Science Review, nº2, p.117-137, 2008. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n2_dec2008_05.pdf.pdf> Acesso em: 15 agosto de 2018.

MIGUEL, L. Felipe. **Representação política em 3-D – elementos para uma teoria ampliada da representação política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18, nº 51, 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989>> Acesso em:09 de julho de 2018.

MIGUEL, L.F. e BIROLI, F. (Orgs). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org).**Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis:Vozes, 2005.

SILVERINHA, Maria João. **Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org).**Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SECOM. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view> Acesso em: 15 agosto de 2018.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org).**Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOARES, M. César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.